

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Realização de ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social, ações voltadas para jovens e adultos no município de Caruaru

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Diante da necessidade de regulamentação do planejamento, execução e gestão de atas e contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Caruaru, com o objetivo de assegurar os atributos finalísticos do processo de contratação pública, como os da eficácia, eficiência, efetividade, celeridade, economicidade, através de procedimentos que salvaguardem os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa, da publicidade, da igualdade, do planejamento, da transparência, da segregação de funções, da motivação, da segurança jurídica, desenvolvimento nacional sustentável e da competitividade, de modo proporcional e razoável, foi publicado o Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, que regulamenta o artigo 18 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dispõe sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Município de Caruaru e dá outras providências.

1.2 Precipuamente, destaca-se que a fase de planejamento tem como escopo a otimização da performance das operações e dos projetos, considerando o macroprocesso da logística pública e todas as suas diretrizes norteadoras. Nessa senda, considerando que as aquisições governamentais produzem impacto significativo na atividade econômica do órgão e que um planejamento bem elaborado propicia aquisições potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

1.3 Sendo assim, o presente estudo técnico preliminar é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento e tem como finalidade apresentar solução para necessidade administrativa da Autarquia de Mobilidade de Caruaru (AMC), objetivando assegurar a viabilidade técnica e econômica da ***ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru.*** Este documento também se destina a subsidiar a elaboração do Termo de Referência, caso a solução delineada revele-se viável.

1.4 O presente estudo busca evidenciar a necessidade a ser solucionada, apresentando a alternativa técnica mais adequada para a Administração Pública, permitindo a avaliação da viabilidade técnica, econômica e ambiental da contratação. Para tanto, a estruturação do documento segue, dentro do possível, a ordem disposta no § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, garantindo a observância das etapas que norteiam a Fase Preparatória da contratação.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, entidade autárquica de direito público, tem como finalidade precípua exercer as funções executivas relativas ao trânsito, transporte e mobilidade urbana no âmbito municipal. Criada e regulada pela Lei Municipal nº 7.345, de 10 de janeiro de 2025, a AMC detém competências específicas e essenciais, como promover e participar

de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

2.2 No exercício de suas atribuições institucionais, a AMC compreende que a educação para o trânsito é ferramenta estratégica para a formação de cidadãos conscientes, empáticos e comprometidos com a segurança viária.

2.3 A educação para o trânsito é instrumento essencial para a redução de acidentes, lesões e mortes nas vias públicas, especialmente em contextos urbanos com elevado fluxo de veículos e pedestres. A atuação preventiva, por meio de ações educativas, contribui significativamente para a mudança de comportamento da população, reduzindo condutas de risco.

2.4 Ademais, o projeto encontra respaldo em importantes diretrizes e políticas públicas, tais como: *Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que tange à formação cidadã; Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS); Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que prevê a educação como direito de todos e dever do Estado; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente: ODS 3 (Saúde e Bem-Estar); ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).*

2.5 Nesse contexto, a administração municipal necessita encontrar a melhor solução para suprir a necessidade das ***ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru***, sendo tais medidas indispensáveis para o atendimento do fim público

3. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Educação para o Trânsito - AMC	Priscila dos Santos Oliveira- Matrícula:100.602

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

4.1 A presente contratação, embora não tenha sido prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, justifica-se por estar vinculada a um novo projeto estratégico alinhado com os eixos de promoção do desenvolvimento cidadão, bem como alinhamento das diretrizes de prevenção de mortes em ambientes relacionados ao trânsito. Além disso, é importante destacar que o objeto da contratação é essencial para o cumprimento das metas institucionais.

4.2 Nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é admissível a contratação de demandas não previstas no PCA, desde que devidamente justificadas. Nesse contexto, foi realizada a análise técnica que embasou a necessidade da contratação, considerando que a demanda decorre de um projeto estratégico, aprovado pela Administração em 2026, com impacto direto na melhoria dos serviços públicos prestados, alinhando-se aos princípios da eficiência e do atendimento ao interesse público.

4.3 A excepcionalidade da inclusão da demanda fora do PCA foi analisada e justificada nos documentos técnicos que embasam esta solicitação, garantindo conformidade com os princípios previstos no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, em especial no que tange à legalidade, economicidade e publicidade.

4.4 A não realização da contratação pode comprometer a execução do projeto estratégico, gerando impactos negativos para a Administração e prejudicando o atendimento das metas estabelecidas. Assim, a contratação é indispensável para mitigar esses riscos e assegurar a continuidade do projeto. Dessa forma, conclui-se que a presente contratação atende aos requisitos legais e administrativos, sendo plenamente justificável no contexto de planejamento e gestão estratégica da Administração Pública.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Para atendimento à demanda institucional da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, foi realizado levantamento mercadológico criterioso visando identificar alternativas viáveis para a **execução de ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru**

5.2 O levantamento identificou a existência de empresas que atuam no segmento de recreação, educação lúdica e desenvolvimento de projetos voltados ao trânsito, destacando-se aquelas que apresentam experiência comprovada na execução de ações educativas em ambientes públicos e coletivos. Nessas pesquisas, observou-se que empresas especializadas oferecem **projetos pedagógicos estruturados, equipe multidisciplinar (pedagogos, recreadores e educadores físicos)**, além de metodologias próprias de ensino, utilizando recursos lúdicos e interativos para promover a conscientização sobre trânsito e mobilidade.

5.3 Durante o levantamento, foram analisadas as seguintes alternativas de atendimento da demanda:

5.3.1. EXECUÇÃO DIRETA PELA EQUIPE PRÓPRIA DA AMC: Embora a Autarquia disponha de equipe técnica voltada para ações educativas de trânsito, não possui estrutura operacional e profissional especializada em recreação e atividades lúdicas de grande porte voltados ao trânsito. A execução direta demandaria contratação de pessoal especializado, além da aquisição de materiais recreativos específicos e treinamento pedagógico, o que resultaria em **maiores custos**, risco de **baixa efetividade pedagógica** e dificuldade de padronização metodológica.

5.3.2. CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS GENÉRICOS DE RECREAÇÃO: No mercado local existem empresas e profissionais que atuam de forma pontual com recreação, mas sem vínculo pedagógico estruturado ou alinhamento com diretrizes da educação para o trânsito. Embora representem custo inicial menor, essa alternativa apresenta fragilidades significativas: **ausência de metodologia consolidada, descontinuidade das ações, baixa integração com a política pública de mobilidade e risco de descaracterização do objetivo educativo** da contratação.

5.3.3. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM ENFOQUE NO TRÂNSITO: O mercado também dispõe de empresas especializadas na execução de **projetos educativos lúdicos para o trânsito**, com histórico de atuação em instituições públicas e privadas

5.4. QUADRO COMPARATIVO DA ALTERNATIVAS:

Soluções	Vantagens	Desvantagens
Execução direta pela AMC	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento parcial da equipe técnica existente; Maior controle direto da execução. 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de contratações e aquisição de materiais; Falta de expertise em recreação de trânsito Alto custo indireto e dificuldade de padronização; Risco de baixa efetividade pedagógica.

5.5. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Contratação de prestadores genéricos de recreação	<ul style="list-style-type: none"> • Custo inicial menor; • Rapidez na mobilização de prestadores locais; • Execução simplificada em eventos pontuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de metodologia estruturada e pedagógica; • Descontinuidade das ações; • Baixa integração com políticas públicas de mobilidade; • Risco de descaracterização do objetivo educativo.
Contratação de empresa especializada com enfoque pedagógico (Recomendada)	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe multidisciplinar qualificada (pedagogos, recreadores, educadores físicos); • Metodologia própria e comprovada, alinhada à educação para o trânsito; • Fornecimento integral de materiais, logística e estrutura; • Execução planejada, contínua e distribuída ao longo de 12 meses; • Padronização pedagógica e qualidade nas entregas; • Resultados mensuráveis com indicadores sociais; • Alinhamento ao PNATRANS e ODS. 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo inicial superior; • Prazo maior para contratação (licitação); • Dependência de fornecedor externo (mitigável por cláusulas contratuais).

5.5.1. Diante da análise comparativa, verifica-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública consiste na **contratação de empresa especializada ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru**

5.5.2. Essa fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- **Capacidade Técnica e Pedagógica:**
A empresa contratada dispõe de equipe multidisciplinar qualificada, composta por pedagogos e recreadores, com experiência comprovada na execução de atividades educativas voltadas à Educação para o Trânsito
- **Metodologia Estruturada e Eficaz:**
As ações são desenvolvidas com metodologias próprias e consolidadas, que combinam recreação lúdica e educação para o trânsito, garantindo absorção efetiva dos conteúdos e impacto positivo.
- **Execução Planejada e Continuada:**
O contrato permite a realização de ações distribuídas ao longo de 12 meses, assegurando continuidade, padronização e alcance territorial das atividades, promovendo engajamento comunitário e maior efetividade social.
- **Fornecimento Integral de Materiais e Logística:**
A empresa se responsabiliza por todo o material pedagógico, equipamentos, estruturas móveis e recursos de segurança, reduzindo custos indiretos e simplificando a gestão operacional.

- **Resultados Mensuráveis e Impacto Social:**

A atuação da empresa permite o acompanhamento por meio de indicadores de desempenho, mensurando efetividade pedagógica, engajamento familiar e contribuição para as metas do PNATRANS e os ODS 3 e 11.

- **Segurança Jurídica e Eficiência Administrativa:**

A contratação via licitação garante conformidade legal, mitigando riscos de contingências e assegurando que a execução esteja alinhada às normas de gestão de recursos públicos.

- **Economicidade:**

Ao concentrar em um único contrato todos os serviços necessários, a contratação especializada otimiza recursos públicos, evitando sobreposição de custos e esforços.³

5.6. SOLUÇÃO ESCOLHIDA QUANTO AO MEIO DA CONTRATAÇÃO:

5.6.1. Contratação 1 – Contratação por dispensa de licitação (Lei nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II)

5.6.1.1. Neste cenário, o item em epígrafe deve ser contratado dispensando-se o rito licitatório e adota-se como preço médio de referência aqueles praticados junto a empresas que atuam neste nicho de mercado. Entretanto, considerando a quantidade, tipificação e os preços registrados no Mapa Comparativo de Preços, que segue anexado, auferidos em cotação de Abril/2026, o valor de contratação total é superior ao limite legal de **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocento e nove e dois reais e onze centavos)** permitido pela Lei 14.133/2021, art. 75, II.

5.6.2. Contratação 2 - Adesão à Ata de Registro de Preços vigente

5.6.2.1. A aquisição por adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) é um método utilizado por entidades públicas para aquisição de bens ou contratação de serviços, utilizando preços e condições pré-estabelecidos em uma ata específica. Apesar de apresentar algumas vantagens, esse procedimento apresenta limitações significativas quando se trata da contratação das ações de recreação e atividades lúdicas voltadas à Educação para o trânsito, conforme detalhado a seguir:

Desvantagens associadas à adesão à ARP neste contexto:

1. **Rigidez nos serviços e materiais disponíveis:**

Os itens e serviços listados na ata podem não atender às necessidades específicas da AMC, especialmente no que se refere a materiais pedagógicos, equipamentos lúdicos e estrutura logística para atividades em vias públicas.

2. **Falta de flexibilidade contratual:**

A adesão à ata limita a capacidade de negociar condições específicas, como datas e horários das ações, logística de montagem de estações interativas e adequação da equipe ao público-alvo, reduzindo a capacidade de adaptar o serviço às particularidades do projeto.

3. **Problemas de disponibilidade:**

Os materiais e recursos listados na ata podem não estar imediatamente disponíveis, gerando atrasos na execução das ações e comprometendo a continuidade do projeto ao longo do ano.

4. **Possíveis discrepâncias na qualidade dos serviços:**

A adesão à ARP não garante que os fornecedores ofereçam metodologias pedagógicas estruturadas, equipe multidisciplinar capacitada ou execução planejada e padronizada, o que pode afetar diretamente a efetividade pedagógica e o impacto social das atividades.

5.6.3. Contratação por meio de novo certame licitatório

5.6.3.1. Neste cenário, a contratação será realizada por meio de **novo procedimento licitatório**, resultando em contrato com a empresa vencedora, com prazo e condições estabelecidos em edital, em conformidade com o art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

5.6.3.2. A contratação de empresa especializada para a execução das ações de recreação oferece diversas vantagens, tais como:

1. **Competitividade renovada:** A abertura do certame permite atrair diversos fornecedores qualificados, promovendo preços mais competitivos e economicidade devido à ampla concorrência.
2. **Avaliação de novos fornecedores:** Possibilita incluir empresas com metodologia diferenciada e experiência comprovada, ampliando a qualidade das opções disponíveis.
3. **Transparência e concorrência:** O processo licitatório garante escolha justa e imparcial, conforme critérios do edital.
4. **Controle contratual mais efetivo:** Permite acompanhamento rigoroso do contrato, assegurando cumprimento de prazos, qualidade e entrega dos resultados esperados.
5. **Adequação às normas de convênios:** Considerando que os recursos decorrem da transferência pública, a licitação atende às exigências legais, evitando riscos de rejeição da prestação de contas ou contingências jurídicas.

5.6.4. Dessa forma, entre as alternativas avaliadas, a **abertura de um novo certame licitatório** se demonstra como a solução mais viável, segura e vantajosa para a Administração Pública Municipal, garantindo eficiência, padronização pedagógica e alinhamento com as políticas públicas de mobilidade urbana.

5.7. ANÁLISE DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

5.7.1. Diante das alternativas avaliadas para a execução das ações de recreação e atividades lúdicas em vias públicas voltadas à jovens e adultos, conclui-se que a **ABERTURA DE NOVO CERTAME LICITATÓRIO, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**, é a opção mais adequada para a AMC.

5.7.2. Essa modalidade permite selecionar empresa especializada que atenda integralmente às necessidades do projeto, incluindo equipe capacitada, materiais pedagógicos e estrutura logística. Além disso, garante **transparência, conformidade legal e controle sobre a execução das atividades**, assegurando a qualidade, continuidade e efetividade pedagógica das ações.

5.7.3. Portanto, a realização do Pregão Eletrônico se mostra a solução mais eficiente e vantajosa, permitindo que os objetivos de conscientização sobre trânsito e mobilidade urbana sejam alcançados de forma segura e parcelada.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos basilares para a presente contratação são divididos da seguinte forma:

6.1 REQUISITOS LEGAIS:

6.1.1 Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

6.1.2 Lei Complementar Federal nº. 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

6.1.3 Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023 - Regulamenta o § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Caruaru e dá outras providências.

6.1.4 Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024 – Regulamenta o artigo 18 e os seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Município de Caruaru e dá outras providências.

6.1.5 O material pretendido deve atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor e às demais legislação pertinentes, em especial a Lei Federal 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

6.2 REQUISITOS DE NEGÓCIO

6.2.1. ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru conforme especificações e quantidades estabelecidas no Presente Estudo Técnico Preliminar.

6.3 REQUISITOS TÉCNICOS

6.3.1 A execução do objeto demandará que a empresa contratada atenda aos seguintes requisitos técnicos mínimos, visando assegurar a qualidade, a segurança e a efetividade das ações:

6.3.1.1 Equipe Técnica Qualificada:

- Disponibilizar profissionais nas áreas de: educação e ou pedagogia, educação física ou áreas correlatas.
- Garantir a presença mínima de Coordenadores e monitores para a gestão das ações.

6.3.1.2 . Planejamento e Metodologia das Atividades:

- Elaborar cronograma e roteiro de atividades, observando aspectos de inclusão, acessibilidade e diversidade cultural.
- Garantir a adaptação de atividades em caso de condições climáticas adversas, sem prejuízo à programação prevista.
-

6.3.1.3 Equipamentos e Materiais:

- Fornecer todos os materiais lúdicos e pedagógicos necessários, devidamente higienizados e seguros, com certificações de conformidade quando aplicáveis (ex.: INMETRO).

6.3.1.4 Segurança e Normas Regulamentares:

- Cumprir integralmente as normas de segurança aplicáveis, incluindo prevenção de acidentes e controle de acesso ao espaço recreativo.

6.3.1.5 Logística e Montagem:

- Montar e desmontar a estrutura no prazo estabelecido, de forma a não prejudicar o fluxo viário ou causar transtornos à comunidade.
- Providenciar transporte e armazenagem adequados para todos os equipamentos e materiais utilizados.

6.3.1.6 Comunicação e Identidade Visual:

- Utilizar faixas, banners ou outros meios visuais para identificação das ações, incluindo logotipos e informações fornecidas pela Administração Pública, quando determinado.

6.3.1.7 Relatórios e Registro das Atividades:

- Apresentar relatório final das ações realizadas, contendo descrição das atividades, registro fotográfico e eventuais ocorrências.
- Permitir acompanhamento e fiscalização pela equipe designada pela Administração durante todas as etapas de execução.

6.3.1.8 Expertise técnica comprovada em recreação voltadas a Educação para o Trânsito.**7. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO**

7.1 A contratação de empresa especializada para execução de *ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru*, com prazo contratual de 12 meses. A seguir, o quadro com detalhamento e quantidade e descrição do item:

ITEM	Descrição
01	<p>Execuções de ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru</p> <ul style="list-style-type: none">• <u>Abrangência e escopo:</u> -Ações mensais- 60 ações -Realizadas em locais, dias e horários previamente definidos pela AMC.• <u>Estrutura e Logística:</u> -Montagem de estações interativas;

	<ul style="list-style-type: none">• <u>Recursos Humanos:</u> -Equipe Multidisciplinar composta por 15 colaboradores. Podendo ser pedagogos, e ou recreadores e/ ou educadores físicos;• <u>Materiais e equipamentos:</u> - Fardamento das equipes - Capacitação dos artes educadores para a temática do objeto: Trânsito e Mobilidade Urbana• <u>Público-alvo:</u> -Jovens e adultos• <u>Resultados esperados:</u> -Conscientização sobre segurança viária;• <u>Requisitos de segurança:</u> -Garantia de segurança física dos envolvidos durante o evento; -Controle de acesso ao espaço das atividades. <p><u>-Responsabilidade integral com os custos de: deslocamento, alimentação, encargos sociais e trabalhistas</u> dos profissionais envolvidos e relacionados a prestação de serviço em tela.</p>
--	---

Segue detalhamento da Memória de Cálculo:

- Realizadas mensalmente;
- Executadas em espaços públicos diversos (vias, escolas, praças);
- Baseadas em intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas;
- Com necessidade de estrutura descentralizada (estações simultâneas);
- Voltadas a jovens e adultos, com alta rotatividade de público.

Estrutura Operacional das Ações:

Para garantir dinamismo, cobertura e engajamento, considera-se:

estações temáticas simultâneas, por exemplo:

- Simulação de travessia segura
- Jogos educativos de sinalização
- Dinâmicas sobre comportamento no trânsito
- Atividades físicas com temática viária
- Quiz interativo
- Espaço de sensibilização (álcool x direção, por exemplo)

7.2 Definição das Vias para Execução das Ações

7.2.1. Considerando que as ações previstas têm caráter dinâmico, não é possível estabelecer previamente todas as vias em que ocorrerão as atividades. A escolha dos locais dependerá de fatores como:

- Eventos alusivos ao trânsito
- Necessidades identificadas pelos órgãos competentes;
- Solicitações institucionais;
- Blitz educativa;

7.2.2. Dessa forma, a definição das vias específicas será formalizada nas Ordens de Serviço emitidas pela Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC, de acordo com a quantidade de ações prevista no objeto contratual, observando a conveniência e o interesse público.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O custo estimado foi apurado a partir de pesquisas de preços conforme preceitua o Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023.

8.2 Os valores unitários e globais estimados da contratação estão detalhados no Mapa Comparativo de Preços (ANEXO I).

8.3 Diante do exposto, após elaboração de Mapa Comparativo de Preços pela Gerência de Compras e Cotações da Secretaria de Administração, o custo estimado para a **contratação é de R\$ 759.252,60**

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1 A solução proposta visa atender à necessidade da Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC quanto à contratação de empresa especializada para execução de ações com foco na educação para o trânsito e mobilidade urbana.

9.2 A execução das ações será realizada de acordo com as **especificações técnicas definidas no Termo de Referência**, garantindo a adequação pedagógica, metodológica e logística às necessidades do público-alvo e assegurando a eficiência no alcance das metas institucionais da AMC.

9.3 Cada ação contará com **equipe multidisciplinar qualificada**, composta por pedagogos, recreadores e educadores físicos, além de materiais e estruturas apropriadas, observando requisitos de **segurança, acessibilidade, inclusão e conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB)** e demais normativos aplicáveis.

9.4 O fornecimento incluirá, na primeira ação, o fornecimento integral de materiais, jogos, equipamentos e estrutura de apoio, que serão utilizados também nas ações subsequentes. Essa sistemática assegura padronização das atividades, economicidade, durabilidade dos insumos e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

9.5 O processo de contratação observará rigorosamente os dispositivos da **Lei Federal nº 14.133/2021** e a regulamentação municipal vigente, garantindo **legalidade, transparência, publicidade e economicidade** na execução da despesa pública, além da observância às diretrizes de planejamento e eficiência administrativa.

9.6 Com a execução de ações educativas e mensais, durante 12 meses de contrato), espera-se ampliar o alcance da educação para o trânsito, promovendo:

- 9.6.1 **Conscientização de jovens e adultos** sobre segurança viária;
 - 9.6.2 **Engajamento comunitário** no uso responsável dos espaços públicos;
 - 9.6.3 **Alinhamento às metas do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATTRANS);**
 - 9.6.4 **Contribuição direta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 11.**
- 9.7 Dessa forma, a solução assegura a **viabilidade técnica, pedagógica e econômica da contratação**, promovendo o fortalecimento das políticas públicas de mobilidade urbana e segurança viária do Município de Caruaru.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Efetividade da abordagem lúdico-pedagógica:

A utilização de metodologias lúdicas, interativas e participativas mostra-se altamente eficaz, sobretudo para o público jovem, favorecendo a assimilação de conteúdos relacionados à segurança no trânsito de forma prática, atrativa e duradoura.

Atuação preventiva e educativa:

A proposta prioriza ações preventivas em detrimento de medidas exclusivamente punitivas, promovendo a conscientização da população quanto ao respeito às normas de trânsito e à valorização da vida.

Integração com a comunidade e instituições:

O projeto possibilita a atuação integrada com escolas, famílias, espaços públicos e projetos sociais, ampliando o alcance das ações educativas.

Continuidade e ampliação das ações educativas:

A contratação garante a continuidade de iniciativas já desenvolvidas no município, bem como a ampliação do alcance das ações educativas, evitando descontinuidade de políticas públicas relevantes.

Eficiência administrativa e economicidade:

A terceirização dos serviços permite à Administração Pública maior eficiência na execução das atividades, evitando custos com estrutura própria, contratação direta de pessoal e gestão operacional, além de possibilitar melhor controle dos resultados por meio de indicadores de desempenho.

Impacto na qualidade de vida urbana:

A promoção da educação para o trânsito contribui diretamente para a melhoria da mobilidade urbana, redução de conflitos no trânsito e construção de uma cultura de paz, refletindo positivamente na qualidade de vida da população.

11. PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

11.1 Para assegurar a efetividade da contratação, a Administração deverá instruir formalmente o processo licitatório, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021** e da regulamentação municipal aplicável. O processo deverá conter, obrigatoriamente, a **justificativa técnica**, a **estimativa de preços**, a **proposta do fornecedor**, o **parecer jurídico** e os demais documentos exigidos pela legislação vigente.

11.2 A AMC deverá designar **fiscais técnico e administrativo** para acompanhamento do contrato, com competência para verificar o cumprimento das entregas, a conformidade dos materiais, a adequação da execução das ações e a observância dos requisitos de segurança e metodologia definidos no Termo de Referência. Recomenda-se que os servidores designados recebam **capacitação específica sobre fiscalização de contratos administrativos**, de modo a garantir a efetividade do acompanhamento.

11.3 Será necessário elaborar um **plano interno de acompanhamento pedagógico e logístico** das ações, com a distribuição de responsabilidades entre as unidades da AMC, incluindo: definição de **cronograma de execução**; articulação com a **Gerência de Educação para o Trânsito**; integração com as campanhas educativas institucionais; e alinhamento com os objetivos do **PNATRANS** e das políticas municipais de mobilidade urbana.

11.4 A Administração deverá assegurar a **infraestrutura de apoio necessária** para a realização das ações em vias públicas, incluindo a autorização prévia de uso dos espaços, o **apoio de agentes de trânsito para a sinalização e controle viário**, e a articulação com outros órgãos e entidades municipais quando necessário.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 Não há necessidade de contratações correlatas, complementares ou interdependentes para a execução da presente contratação, uma vez que o objeto é **completo, autônomo e abrange integralmente** todas as ações educativas, recreativas e logísticas previstas.

12.2 A prestação dos serviços será realizada de forma integral pela empresa contratada, a qual será responsável pela disponibilização da **equipe técnica multidisciplinar, materiais pedagógicos e lúdicos, estrutura de apoio e logística necessária** para a realização das ações em vias públicas, não sendo necessário qualquer instrumento contratual acessório para a efetivação das obrigações assumidas.

13. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Não será necessário o parcelamento da contratação, para evitar prejuízo à integridade do objeto ou à efetividade dos resultados pretendidos.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

14.1 A execução das ações de recreação e atividades lúdicas em vias públicas contribui de forma indireta, mas relevante, para a **sustentabilidade ambiental e social**, ao promover a educação para o trânsito. A conscientização de jovens e adultos sobre mobilidade urbana segura favorece a redução de acidentes, diminuindo os impactos ambientais decorrentes de congestionamentos, atendimentos emergenciais e obras corretivas.

14.2 A contratação deverá observar práticas de **uso responsável de materiais e equipamentos**, adotando medidas mitigadoras para minimizar impactos ambientais potenciais, tais como:

14.2.1 Utilização de **materiais lúdicos e pedagógicos reutilizáveis e duráveis**, evitando descartáveis sempre que possível;

14.2.2 Adoção de **materiais não tóxicos, recicláveis e certificados**, assegurando a conformidade com normas de segurança e sustentabilidade;

14.2.3 Planejamento logístico para **otimização do transporte e montagem**, reduzindo a emissão de poluentes;

14.2.4 Destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados durante as atividades, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

14.3 A iniciativa está alinhada aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Agenda 2030 da ONU, com destaque para:

14.4 ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: promoção da redução de mortes e lesões no trânsito por meio da educação preventiva;

14.4.1 ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: fortalecimento da mobilidade urbana segura e inclusiva;

14.4.2 ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: incentivo ao uso de materiais duráveis, recicláveis e à correta destinação de resíduos;

14.4.3 ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima: mitigação de impactos associados ao trânsito e às operações logísticas.

14.5 Dessa forma, a execução das ações configura-se como medida **preventiva, educativa e mitigadora**, cujos impactos positivos decorrem da promoção de **práticas seguras, conscientes e sustentáveis de mobilidade urbana**, em consonância com as políticas públicas municipais, nacionais e internacionais de segurança viária e sustentabilidade.

15. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1 A contratação pretendida será formalizada mediante **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, combinado com o art. 29, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, observando-se o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que estabelece a licitação como regra para as contratações públicas.

15.2 O critério de julgamento adotado será o de **menor valor global**

15.3 . A contratação de fornecedores distintos para cada item acarretaria risco de **incompatibilidade técnica, duplicidade de custos e perda de padronização das atividades**.

15.4 A adoção do critério de menor valor global assegura:

15.4.1 Integridade do objeto contratado, evitando fragmentações que comprometam a coerência pedagógica e logística das ações;

15.4.2 Padronização metodológica e visual das ações ao longo dos 12 meses de contrato, preservando a uniformidade e a qualidade do serviço prestado;

15.4.3 Gestão contratual simplificada, com um único fornecedor responsável por todas as entregas, favorecendo o acompanhamento e a fiscalização pela Administração.

15.5 Dessa forma, o **Pregão Eletrônico com critério de julgamento de menor valor global** é a modalidade que melhor atende aos princípios da **legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa**, assegurando competitividade entre os licitantes e a adequada execução do objeto em sua integralidade.

16. RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

16.1 Avaliação Qualitativa dos Riscos

16.1.1 Conforme Anexo II.

16.2 Gravidade das Consequências

16.3 A análise dos riscos relacionados à contratação da empresa especializada para a execução das ações delineadas no presente ETP evidencia que se trata de serviço de natureza **estratégica** para a AMC. A não realização ou a execução inadequada podem gerar impactos significativos, tais como:

16.4 Interrupção ou irregularidade no cronograma de execução, ocasionando perda da continuidade do projeto e baixa percepção de credibilidade institucional pela população;

16.5 Desalinhamento das ações em relação às diretrizes do **Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS)** e aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, prejudicando o protagonismo da AMC nas políticas de segurança viária e mobilidade urbana;

16.6 Risco de **ocorrência de acidentes ou incidentes** durante as atividades em via pública, caso não sejam rigorosamente observados os protocolos de segurança e logística, gerando prejuízos materiais, financeiros e de imagem institucional;

16.7 Desperdício de recursos públicos, em caso de falhas na execução contratual, retrabalhos ou baixa adesão da comunidade às ações propostas.

16.8 Para mitigar tais riscos, deverão ser implementadas medidas preventivas e corretivas, dentre as quais destacam-se:

16.9 Elaboração de **plano detalhado de execução**, com cronograma mensal das ações, definição de responsabilidades e indicadores de monitoramento;

16.10 Seleção criteriosa dos **fiscais técnico e administrativo**, garantindo que tenham capacitação adequada para acompanhar a execução e avaliar a conformidade das entregas;

16.11 Estabelecimento de **protocolos de segurança viária**, com suporte da equipe de fiscalização de trânsito da AMC.

16.11.1.1 Criação de **rotina interna de monitoramento e avaliação** dos impactos das atividades, com relatórios periódicos, ajustes metodológicos e articulação entre a Gerência de Educação para o Trânsito e demais setores envolvidos;

16.11.1.2 Adoção de **cláusulas contratuais específicas de penalidade e glosa**, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas e a proteção do interesse público.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

17.1 Com base na análise técnica realizada e nas evidências coletadas durante o estudo, conclui-se que a **contratação de empresa especializada para execução de ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru**

17.2 A presente contratação permitirá ampliar o alcance das políticas de **educação para o trânsito** no município, integrando metodologias lúdicas e pedagógicas ao processo de formação cidadã de jovens e adultos, fortalecendo a cultura de paz no trânsito e contribuindo para o cumprimento das metas do **Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS)** e dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

17.3 Considerando a natureza do objeto e a possibilidade de ampla competição entre fornecedores no mercado, a contratação deverá ser realizada por meio de **Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor valor global**, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa e garantindo os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, transparência e economicidade.

17.4 A solução ora proposta atende integralmente às necessidades institucionais da AMC, promovendo o engajamento comunitário, e a integração de ações educativas no trânsito. Dessa forma, considera-se a presente demanda **procedente e plenamente viável**, recomendando-se a abertura do procedimento licitatório na forma definida neste Estudo Técnico Preliminar, como medida estratégica, prioritária e alinhada ao interesse público.

18. ANEXOS

Anexo I – Mapa Comparativo de Preços 138/2026;

Anexo II – Análise de riscos

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

Samuel Miranda Silva Torres
(ELABORAÇÃO DO ETP)

Gerente – Gerência de Processos AMC- Matrícula: 100.652

Priscila dos Santos Oliveira
(Matrícula:100.602)
Responsável Técnico
Educação para o Trânsito-AMC

ANEXO II – ANÁLISE DE RISCOS

MAPA DE RISCOS

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Execução de ações educativas de trânsito por meio de intervenções lúdicas, pedagógicas e interativas, com equipe multidisciplinar composta por arte educadores em vias públicas, escolas, praças e demais espaços de convivência social no município de Caruaru

FASE DE ANÁLISE

FASE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CONTRATO

ID	Descrição do Risco	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	Causas	Consequências	Responsável
R001	Atraso no início ou não execução das ações planejadas.	Médio	Média	Significativo	Falhas de planejamento da empresa; problemas logísticos ou de transporte.	Quebra de cronograma; baixa credibilidade da AMC; descumprimento contratual.	Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC.
R002	Falta ou inadequação de materiais e equipamentos pedagógicos/lúdicos.	Médio	Baixa	Gerenciável	Redução da qualidade das atividades; insatisfação do público-alvo.	Conferência prévia de checklist de materiais em cada ação.	Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC.
R003	Ausência de profissionais qualificados durante a execução.	Alto	Média	Crítico	Escala inadequada de equipe; substituições de última hora.	Comprometimento pedagógico; risco à segurança dos jovens e adultos	Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC.
R004	Baixa participação da comunidade.	Médio	Média	Significativo	Divulgação insuficiente; falta de mobilização local.	Impacto limitado das ações; redução da efetividade da política pública.	Autarquia de Mobilidade de Caruaru – AMC.

AVALIAÇÃO DO RISCO		
Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
Alto	Alta	Crítico
Médio	Média	Significativo
Baixo	Baixa	Gerenciável

Plano de Prevenção

ID do Risco	Ação de Prevenção
R001	Estabelecer cronograma detalhado e cláusulas contratuais de prazo.
R002	Conferência prévia de checklist de materiais em cada ação.
R003	Exigir comprovação prévia de qualificação e equipe mínima em contrato.
R004	Planejamento de divulgação junto à AMC; articulação comunitária prévia.

Plano de Mitigação e Contingência

ID do Risco	Ação de Mitigação
R001	Aplicar penalidades previstas; reprogramar ação sem comprometer calendário geral.
R002	Reposição emergencial de materiais; registro em relatório para responsabilização.
R003	Substituição imediata de profissionais; glosa parcial do valor contratado.
R004	Ajustar estratégias de engajamento; reforçar comunicação em próximas ações.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 377B-D46F-5B4C-65E9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SAMUEL MIRANDA SILVA TORRES (CPF 114.XXX.XXX-56) em 11/05/2026 13:57:12 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PRISCILA DOS SANTOS OLIVEIRA (CPF 013.XXX.XXX-59) em 11/05/2026 17:27:02 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/377B-D46F-5B4C-65E9>